

XXX Encontro de Lisboa

Sessão pública

ATA

O Governador do Banco de Portugal, Mário Centeno, abriu a sessão do XXX Encontro de Lisboa, efetuada no dia 9 de outubro de 2020, via teleconferência devido aos condicionamentos provocados pela situação de pandemia de COVID-19. Enfatizou o esforço na realização da presente edição do Encontro, ponto alto da cooperação entre os Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa (BCPLP) e a Autoridade Monetária de Macau. Prosseguiu dando nota das disrupções criadas pela crise pandémica, um choque de natureza exógena que motivou respostas públicas rápidas e de dimensões sem precedentes. Destacou a heterogeneidade de contextos estruturais, institucionais e de disponibilidade de recursos, que induziu uma assimetria nos efeitos e respostas das diferentes economias. Defendeu que, no clima de incerteza atual, a cooperação internacional ganha especial proeminência, no combate à pandemia, na mitigação dos efeitos adversos sobre as economias e as populações e, também, na preparação do futuro. Sublinhou o papel dos bancos centrais na primeira linha das respostas de política, que não se esconderam em “mandatos redutores”, tendo criado ou reforçado mecanismos existentes.

O Governador fez um breve balanço da atividade de cooperação do Banco de Portugal (BdP). Começou por congratular a capacidade de resposta e adaptação às circunstâncias adversas, que se traduziu em cerca de 100 ações de cooperação previstas em 2020, 80 das quais por via remota, envolvendo quase 300 colaboradores do Banco. Salientou a importância estratégica da lusofonia como fator único e diferenciador, dando como exemplo a participação no Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde e no Acordo de Cooperação Económica entre Portugal e São Tomé e Príncipe. Quanto ao desenvolvimento de capacidades, frisou a aposta na criação de um capital de conhecimento transversal aos colaboradores das instituições, através de ações de capacitação a diferentes níveis e o desenvolvimento de *soft skills*. Destacou ainda o envolvimento do Banco no quadro da sociedade civil, com a participação em diversas iniciativas, incluindo o financiamento de bolsas de estudo. Além disso, deu nota da valorização da investigação, com destaque para o projeto relativo à história das relações económicas entre os antigos territórios pertencentes à Zona Monetária do Escudo. Finalmente, destacou as publicações na área da cooperação, nomeadamente a “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2019-20”, divulgada nesse mesmo dia. Terminou retomando a ideia da relevância da cooperação internacional entre bancos centrais, há muito reconhecida no BdP. Por fim, apresentou a oradora Susana Peralta, da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Na sua intervenção sobre “Desafios e oportunidades no contexto da pandemia COVID-19”, Susana Peralta começou por dar nota do caráter repentino, heterogéneo mas, por outro lado, transversalmente avassalador da atual pandemia. Aludiu ao seu reflexo macroeconómico, com quebras acentuadas no PIB e crescimento do endividamento, ressaltando que a evolução deste último indicador representava uma hipoteca para o futuro. Sublinhou o crescimento da desigualdade, que reflete o impacto heterogéneo da crise por segmentos sociais, apontando as minorias, os trabalhadores precários e as mulheres entre os grupos mais penalizados. Reforçou esta ideia com a inversão expressiva da tendência de diminuição do número de pessoas em

situação de pobreza extrema. Percorrendo as respostas dos países à crise, referiu a aparente inexistência de *trade-off* entre economia e saúde, bem como a correlação entre a severidade das restrições impostas e a contração das economias. Explicou o maior impacto nas economias emergentes e em desenvolvimento, face às economias avançadas, em função da disponibilidade orçamental, da preparação dos sistemas de saúde e da exposição ao turismo e à volatilidade dos preços das *commodities*, referindo ainda o papel das remessas de emigrantes e o elevado nível de informalidade do mercado de trabalho nestas economias.

Susana Peralta enumerou como principais desafios futuros (1) o *trade-off* entre apoiar rendimentos e empresas ou permitir a reafetação de recursos, (2) a legitimidade política de manter programas de compra de dívida e injeção de liquidez sem condicionalidade e (3) a necessidade de reforçar a resiliência da economia: das famílias (proteção social, saúde e educação), das empresas e das finanças públicas (*buffers* de liquidez e ativos), bem como o ambiente (descarbonização e transição energética). No tocante aos desafios para a banca central e o desenvolvimento da política monetária, destacou (1) as implicações das medidas de política não convencionais num contexto de *zero lower bound*, (2) o crescimento dos créditos não produtivos (*NPLs*), (3) a adaptação da regulação micro e macroprudencial à transição energética e aos riscos ambientais, (4) a utilização de dados não convencionais na previsão económica, (5) a importância da consideração de uma dimensão multianual na condução e monitorização das políticas públicas e, ainda, (6) as implicações da digitalização financeira para a privacidade, a segurança e o combate ao branqueamento de capitais. Terminou questionando a possibilidade de esta crise representar uma oportunidade para um novo contrato social, à semelhança do que sucedeu na sequência da II Guerra Mundial.

O Governador do Banco de Portugal assinalou a complexidade do tema, referindo que a resolução da crise será um processo de longo prazo, enfatizando o papel dos bancos centrais.

Seguiram-se as intervenções dos representantes dos BCPLP.

Helena Embaló, Diretora Nacional para a Guiné-Bissau do Banco Central dos Estados da África Ocidental, congratulou o Banco de Portugal pela realização do Encontro de Lisboa, um evento que constitui uma referência para os BCPLP. Comentou a apresentação notando o carácter incerto da crise, com impacto profundo na trajetória dos indicadores das economias. Na resposta à crise, lembrou que os bancos centrais têm sido fundamentais para reduzir o risco de passagem dos efeitos da economia real para o sistema financeiro, ressaltando os limites da sua atuação. Do lado dos Governos, lembrou as consequências pesadas ao nível das finanças públicas das medidas tomadas para conter a propagação do vírus, trazendo consigo o risco de crescimento insustentável da dívida, sobretudo para as economias de baixo rendimento. Referiu que a Guiné-Bissau foi particularmente afetada, num contexto em que não pôde beneficiar de grandes apoios da comunidade internacional, notando, contudo, o seu carácter indispensável. Apesar de acreditar nas possibilidades de retoma, defende a necessidade de redefinição de estratégias e da mobilização de todos os intervenientes. Da apresentação de Susana Peralta, destacou ainda as diferenças entre países, sublinhando que essa heterogeneidade é uma realidade dentro da União Monetária dos Países da África Ocidental, o que representa uma limitação para a sua política monetária. Terminou saudando o trabalho desenvolvido pela equipa de cooperação do BdP, reforçando que nos países de língua portuguesa são muito valorizadas as iniciativas e os debates dinamizados pelo BdP, sendo a cooperação entre os BCPLP um meio vital na formação dos quadros das suas instituições.

Fernanda Nechio, Vice-Governadora do Banco Central do Brasil (BCB), começou por felicitar a realização do Encontro de Lisboa e a sua importância para as relações das instituições presentes. Da apresentação, deu nota das diferenças entre a atual crise pandémica e a grande crise financeira de 2008-09. Notou o clima de incerteza gerado e os desafios futuros, a começar pelo endividamento público e privado. Destacou, ainda, os efeitos da crise na desigualdade e defendeu que a pandemia pode ter acelerado o processo de elevação da taxa de desemprego natural. Terminou aludindo à oportunidade para uma recuperação mais focada, mais inclusiva e sustentável. Nesse plano, revelou que um dos focos da atuação do BCB será na promoção de um sistema financeiro mais estável e sustentável.

Jamal Omar, Administrador do Banco de Moçambique, apresentou as perspetivas de crescimento no seu país, lembrado a elevada expectativa existente pré-pandemia, no rescaldo da recuperação da catástrofe natural que assolou o país em 2019, reforçada pelo crescimento registado no primeiro trimestre de 2020. Apesar de, em abril, o Fundo Monetário Internacional (FMI) ter previsto um crescimento de 2,2% em 2020, considerou mais provável agora uma contração do PIB na ordem de 0.5% a 1%. Quanto aos desafios, realçou o crescimento do endividamento público. Na sequência da crise da dívida moçambicana vivida desde 2014-2015, a crise pandémica induziu um aumento de défice orçamental e do valor da dívida pública, interrompendo o período de recuperação que se vinha verificando. Jamal Omar referiu ainda o clima de insegurança militar, um fator que se reflete na retração do investimento, e o aumento do crédito não produtivo, fruto sobretudo da falência de empresas de turismo e outros serviços. Como lição a retirar da crise pandémica, referiu a necessidade de reforçar o investimento nas tecnologias de informação e a importância das contas operadas por telemóveis, já com mais de meio milhão de utilizadores em Moçambique. Terminou frisando a importância da cooperação, reforçada por esta crise, agradecendo o papel relevante desempenhado pelo BdP neste domínio.

José de Lima Massano, Governador do Banco Nacional de Angola, sublinhou os desafios adicionais que se colocam a Angola, que vem atravessando um período de crise nos últimos 4 anos. Defendeu que a pandemia agravou, por um lado, a situação de crise económica e social, mas, por outro, criou espaço para prosseguir as reformas profundas a nível da estrutura económica. Apesar das graves dificuldades experimentadas no curto prazo pelas famílias e pelas empresas, concluiu referindo que este é um quadro de oportunidade para criar em Angola uma economia mais sustentável e inclusiva.

A última intervenção coube ao Presidente do Conselho de Administração da Autoridade Monetária de Macau (AMCM), Benjamin Chan, que descreveu as iniciativas tomadas em Macau no âmbito da contenção dos efeitos da crise, nomeadamente as medidas de cedências de liquidez, fundamentais para minimizar os efeitos negativos da crise numa economia extremamente exposta ao turismo e à indústria do jogo. Estes setores foram particularmente afetados pelas restrições implementadas às deslocações internacionais, pelo que afirmou a necessidade de um modelo de desenvolvimento económico mais estável e sustentável. Destacou ainda a promoção de Macau enquanto plataforma financeira entre a China e os Países de Língua Portuguesa, sendo o Encontro de Lisboa uma oportunidade para a AMCM comunicar e participar na cooperação entre os BCPLP. Terminou defendendo que a partilha de experiências neste Encontro representava uma oportunidade para melhorar o conhecimento de todos sobre as medidas de combate à pandemia e para perspetivar a recuperação da economia global.

Susana Peralta retomou a palavra para acrescentar dois tópicos à discussão: por um lado, a pandemia como fator de aceleração do processo de robotização, que provocará uma perda de empregos nos setores mais afetados por este processo; por outro, as alterações estruturais no comércio internacional, com consequências a nível da oferta e da procura. Esta disrupção nas cadeias de valor internacionais pode gerar um impacto significativo (*breakdown*) nas expectativas e confiança dos agentes económicos. Pela positiva, referiu o incremento da ajuda internacional, dinamizada pelo FMI e pelo Banco Mundial. Por último, referiu que o quadro económico internacional está a ser igualmente afetado pelas dificuldades existentes a dois níveis: a relação entre EUA e China e, num quadro distinto, a relação entre a União Europeia e o Reino Unido no contexto do *Brexit*.

Os intervenientes felicitaram Mário Centeno pela sua recente nomeação como Governador do Banco de Portugal, fazendo votos de sucesso para o seu mandato.

O Governador do Banco de Portugal encerrou a sessão, salientando os esforços desenvolvidos nas economias representadas no Encontro no sentido de redução das fragilidades e de minimização dos efeitos negativos sobre a estrutura produtiva, bem como, no período pré-pandemia, na redução da dívida pública. Defendeu que a pandemia veio interromper e condicionar muitos processos, realçando a exigência e a dimensão dos desafios presentes.